

15738 - Política nacional de agroecologia e produção orgânica: entre a abordagem agroecológica e a construção de uma política pública

National policy for agroecology and organic production: between agroecological approach and building a public policy

BARUJA, Joel Emilio Ayala¹; DELLAI, Willian¹; BRANDÃO, Jefferson Duarte¹

¹ Universidade Federal da Integração Latino-Americana, William.dellai@unila.edu.br; ² Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Jefferson.brandao@unila.edu.br; ³ Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Joel.ayala@unila.edu.br

Resumo: A partir dos anos de 1970 ganharam força as críticas direcionadas aos modelos de pesquisa e desenvolvimento baseados numa visão mecânica do mundo e dos seus processos naturais evidenciando os limites do “progresso” técnico e científico vistos sob uma ótica unilateral aos quais muitas sociedades tomarão como padrão. A aplicação de tais preceitos ao espaço agrário acabou por conduzir processos de desestabilização acompanhados por abordagens críticas que redefiniriam a forma de pensar e atuar sobre o rural. Diante deste contexto é que se desenvolveu o presente trabalho cuja principal proposta foi fomentar a discussão em torno da Agroecologia como paradigma científico e referencial teórico e metodológico para a constituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO. Para realizar o trabalho foram realizados levantamentos bibliográficos, análise do Decreto presidencial que instituiu a PNAPO e Observação participante não planejada em uma série de eventos sobre o tema, ocorridos ao longo do ano de 2013. Ao final do trabalho foram analisadas diferentes leituras sobre a elaboração da PNAPO, bem como o desafio da efetivação da mesma, uma vez que ela se apresenta em fase de implantação.

Palavras-chave: Agroecologia; produção Orgânica; políticas públicas.

Abstract: Since 1970s, criticism directed to research models and development based on a mechanical view of the world and its natural processes showing the boundaries of technical and scientific "progress" viewed from a one-sided perspective which several nations have taken as standard gained strength. Eventually, applying these guidelines to the agrarian regions led to deterioration processes along with critical approaches that redefine the way one think and act on rural areas. In this context, this study was developed with the main purpose of encouraging debate about Agroecology as a scientific paradigm, and theoretical and methodological framework for the establishment of the National Policy of Organic Production and Agroecology - NPOPA. This study was made by reviewing the literature concerning the topic, and an analysis of Presidential Decree that established the NPOPA. Also attending and observing a series of events on the subject which took place during the year 2013 was necessary. At the end of the study, we analyze different readings on the development of the NPOPA, and its challenges due to the fact that the policy is on execution stage.

Key words: Agroecology, organic production, public policy.

Introdução

Ao fazer um debate em torno das políticas públicas podemos partir da idéia de uma arena onde estariam envolvidos vários atores com interesses diversos e como resultado da articulação destes, temos a política propriamente dita. Fazer política pública exige no mínimo o atendimento de demandas sociais da população,

necessitando de apoio político para aprovação das mesmas, envolvendo grupos de interesses, tendo reflexos em alguns setores da economia. Dessa forma, fica evidente que os gestores de políticas públicas são influenciados pela pressão e mobilização da sociedade civil no que tange o atendimento das demandas sociais. Assim evidenciamos a afirmação de que *“embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”* RUA (s/d).

Atualmente observa-se uma ampla literatura ligada às abordagens referentes ao tema da Agroecologia ressaltando a pertinência da mesma nos debates atuais fortalecidos mediante o aprofundamento das crises provocadas a partir do modelo vigente de produção bem como diante de sua visível dificuldade em apresentar respostas que levem para outros caminhos que não sejam “mais do mesmo” (DELLAI, et. al, 2013). Neste contexto a agroecologia surgiu como dimensão contestadora dos impactos da modernização agrícola e do pensamento hegemônico unilateral revelando-se, como marco conceitual novo (JESUS, 2005) a qual entendemos como novo paradigma emergente.

De acordo com FEIDEN (2005) esse novo enfoque estaria baseado na teoria dos sistemas caracterizada pela abordagem que permite o estudo e a integração do conjunto de fenômenos e suas inter-relações em diversos níveis; o conceito de holísmo ao permitir entender fenômenos separados a partir de um ponto de vista das interações. Para este mesmo autor o método do materialismo dialético de Marx e Engels também merece atenção, pois permitem através dos conceitos de particularidade, singularidade e universalidade integrarem o estudo das partes com o todo, entretanto destaca que Marx e Engels não descreveram detalhadamente o método e as tentativas de reconstrução do mesmo tendo assim gerado resultados diferentes e antagônicos dependendo de quem os interpreta (FEIDEN, 2005). Outro conceito muito importante para estudar os fenômenos agrícolas de forma integrada seria o de ecologia dando destaque às contribuições de Eugene Odum ao conceber uma compreensão global dos fenômenos isolados através dos conceitos de comunidades, ecossistemas e propriedades emergentes. Tais conceitos foram aplicados aos sistemas agrícolas por Altieri e Gliessmann os quais formularam um conceito sobre agroecossistemas.

Para ALTIERI (2009, p. 23) a agroecologia seria *“uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos a compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo”* buscando desenvolver agroecossistemas com mínima dependência de recursos externos. Ainda segundo ALTIERI (2012) a agroecologia é tanto uma nova ciência quanto um conjunto de práticas porem não se resumem apenas a esta ultima. Segundo GLIESSMANN (2009) esta em construção outra abordagem que difere das análises convencionais de interpretar o mundo *“esta abordagem é configurada na ciência da agroecologia, que é definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis.”* GLIESSMANN (2009, p. 59). Além destas interpretações várias outras abordagens da agroecologia estão em constante debate tendo em comum, assuntos que dialogam com o enraizamento social de um processo prático, político e cultural

que envolve a articulação de diversos atores como “indígenas”, quilombolas, ribeirinhos, assentados da reforma agrária, pequenos produtores, ONGs e Governos discutindo sobre a agroecologia, soberania e segurança alimentar e nutricional, abastecimento agroalimentar sob a construção social de mercados alternativos (CASSARINO, 2013) buscando aportes para pensar a conservação e uso dos recursos naturais bem como as mudanças necessárias para alcançá-las, a partir de diferentes espaços dentre estes, as políticas públicas.

Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica PNAPO

Tendo em vista os desafios de se construir um novo paradigma para agricultura, concretizar as pesquisas e experiências desenvolvidas no âmbito de organismos governamentais e da sociedade civil e visando atender as lutas de muitos movimentos sociais em todo o Brasil, a presidenta da república no decreto nº 7.794, de 20 de Agosto de 2012 institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

No âmbito da PNAPO, podemos destacar dois órgãos que atuam de forma direta na gestão dessa política. O primeiro é a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica- CIAPO, que tem como tarefa elaborar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO. E a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO, que tem a missão de promover a participação da sociedade na elaboração do PLANAPO, propondo as diretrizes, objetivos e as ações prioritárias a ser desenvolvidas.

O PLANAPO foi lançado em outubro de 2013 pela Presidência da República do Brasil e de acordo com o governo o plano é um instrumento para a consolidação de políticas públicas que estimulem e auxiliem a construção de condições de permanência dos jovens no meio rural e a participação da mulher como ator determinante, incentivados por matrizes de produção diferenciadas, voltadas para a agroecologia e a produção orgânica. A fim de alcançar esses objetivos foram propostos os seguintes eixos: Eixo 1: Produção; Eixo 2: Uso e conservação de recursos naturais; Eixo 3: Conhecimento; Eixo 4: Comercialização e consumo. De acordo com o PLANAPO os ministérios de governo estarão envolvidos tanto em ações específicas, como em ações integradas com outros ministérios e ou diferentes instituições no âmbito de governo, promovendo assim uma inter-setorialidade. Também está previsto no plano a criação de grupos de trabalho por tema, constituídos a partir da CIAPO e da CNAPO com dinâmicas próprias de planejamento das ações.

Resultados e Discussões

Com o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, em vigor desde 2012, a partir do decreto presidencial, nº 7.794, de 20 de Agosto o Brasil, passa a ser o primeiro país a criar uma política de estado específica

para o incentivo a Agroecologia e a Produção Orgânica, gerando assim uma série de debates pertinentes aos desafios de se efetivar a execução de tal política. De acordo com PETERSEN (2013) um dos principais desafios da Agroecologia Política, estaria vinculado à possível e necessária transformação dos arranjos institucionais moldados a partir da lógica da intervenção planejada do Estado e das corporações do agronegócio, de forma que sejam criadas as condições para que as famílias e organizações da agricultura camponesa assumam o protagonismo nas dinâmicas de desenvolvimento rural.

Ao escrever um artigo intitulado “As idéias e seu lugar, agronomia na terra das fadas e duendes” NAVARRO (2013) aponta para uma possível discrepância que o termo agroecologia, tal como vem sendo operado no Brasil, segundo o referido autor, esse uso apenas se referi a uma ocultação de natureza primordialmente política, embora apresentado publicamente sob um falso manto, de formato tecnológico, o autor afirma que a agroecologia estaria sendo pautada como uma “enigmática ciência nunca esclarecida”. No entanto a razão principal para o seu uso público seriam gerar ações políticas anticapitalistas, gerados desde uma crítica a agricultura moderna. Para o autor esse seria o único motivo real para o “*contrabando*” do termo agroecologia presente no decreto que institui a PNAPO, além do mais o autor aponta para o uso da agricultura orgânica como “trampolim” visando alcançar uma suposta legitimidade institucional e reconhecimento público.

No entanto, contrariamente à lógica da universalidade das políticas e seus pacotes tecnológicos, a Articulação Nacional de Agroecologia - ANA (2012) aponta para uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica que deve prever em seus fundamentos, instrumentos e condições para que territorialização das políticas propostas estejam pautadas nos princípios da Agroecologia valorizando a diversidade ambiental e as identidades e práticas socioculturais nas dinâmicas de desenvolvimento rural. Desse ponto de vista, propomos as algumas prioridades oriundas das experiências já existentes, construídas a partir do protagonismo da sociedade civil.

Para SMICHI e GRISA (2013) o enfoque agroecológico implica, necessariamente, em tensões e conflitos entre atores sociais situados em diferentes mundos e cujas ações se desdobram em distintas escalas de intervenção. A transição para uma agricultura de base ecológica envolve um “processo complexo e não linear. Incorporando por tanto o desafio não somente da ampliação do alcance do número de beneficiários, mas também atentando para a articulação de um conjunto mais amplo de instrumentos que potencializem a política pública em seus processos democráticos e socialmente justos, visando o fortalecimento da agricultura camponesa e familiar, com base no enfoque agroecológico. Ainda refletindo esse tema CAPORAL e PETERSEN (2011) apontam que sem um adensamento das forças sociais em defesa de profundas reorientações nas políticas públicas e na reformulação do papel do Estado como indutor do desenvolvimento, os processos de inovação agroecológica dificilmente ultrapassarão o atual estágio de experiências isoladas e socialmente pouco visíveis para expandir suas escalas de abrangência social e geográfica aos territórios do país inteiro, pois, mesmo com os avanços teóricos e práticos nas últimas décadas, a Agroecologia enfrenta enormes entraves

no que tange seu embasamento metodológico e conceitual, impedindo assim de que seu enfoque seja adotado na implementação de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade da agricultura e dos sistemas agroalimentares.

Conclusões

Após analisar os diversos elementos que compõem os desafios de se implementar uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica apontamos para a complexidade de se executar uma política de Estado com base na Agroecologia, pois, necessariamente está abordagem demanda um enfoque pautado em ações transversais, envolvendo de maneira integrada distintos atores, tanto da sociedade quanto da esfera pública. É indispensável destacar a necessidade de investimentos em processos adequados à produção de conhecimentos e tecnologias de base agroecológica tanto no âmbito da pesquisa, como na extensão rural e no ensino, afinal historicamente em países como o Brasil onde predomina o modelo agroexportador esses espaços tem cumprido o papel de difusor das tecnologias oriundas predominantemente da revolução verde mais conhecida como “pacote tecnológico”.

Referências Bibliográficas

- ALTIERI, M. **A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ALTIERI, M. **Bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3.ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012.
- ANA - Articulação Nacional de Agroecologia, Luziânia – GO, 2012.
- BIANCHINI, V; MEDAETS, J. P. Passos. **Da Revolução Verde á Agroecologia: Plano Brasil Agroecológico**. s/d.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Brasil Agroecológico, Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO**. Brasília, 2013.
- RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**, s/d.
- CAPORAL, F.; PETERSEN P. **Agroecologia e Políticas Públicas na América Latina: o caso do Brasil**, 2011.
- DELLAI, W.; BRANDÃO, J. D.; BARUJA, J. A. **Seminários de formação em agroecologia na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) – Foz do Iguaçu, PR, 2013**, Cadernos de Agroecologia, Porto Alegre – RS, 2013.
- NAVARRO, Zander. **Agroecologia: as coisas em seu lugar (A agronomia brasileira visita a terra dos duendes)**, COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - v. 10, n. 1, 2013.
- NIEDERLE, P, A; ALMEIDA, L; VEZZANI, F, M. “Orgs”. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.
- FEIDEN, A. **Agroecologia: Introdução e conceitos**, In: Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.
- GLIESSMANN, S. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Ed, Universidade/UFRGS, 2009.
- JESUS, E, L de. **Diferentes abordagens de agricultura não convencional: História e Filosofia**, In: Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.